

A PELEJA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Data de submissão: 01/10/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Aracaju-SE
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

Aylana Cristina Rabelo Silva

Faculdade Edufor
São Luís-MA
<http://lattes.cnpq.br/6010636969494995>

Carla Montefusco

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte - UFRN
Natal-RN
<https://lattes.cnpq.br/8840103320001811>

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

Universidade Estadual do Tocantins –
UNITINS
Palmas-TO
<http://lattes.cnpq.br/3125201836735169>

RESUMO: Objetivando analisar algumas das mediações presentes na intrínseca relação entre o Serviço Social, Questão Social e as Políticas Sociais na formação sócio-histórica do Brasil é que expomos neste artigo algumas de nossas reflexões teóricas sobre essa questão. Para tanto, metodologicamente, utilizamos a pesquisa

bibliográfica sobre a produção crítica acerca da temática, presente nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, e como método de pesquisa, nos ancoramos no materialismo histórico-dialético. Assim sendo, reiteramos o entendimento, hegemônico na cultura crítica profissional, de que a *práxis* profissional do Serviço Social tem como fundamento a constituição da “questão social”, a qual é atravessada pelas pelejas profissionais no enfrentamento das suas expressões, trabalhando com e nas políticas sociais como meios e/ou instrumentos para combatê-las. Conquanto, as políticas sociais brasileiras apresentam, em movimento dialético, tendências que refletem os percursos da formação sócio-histórica do país, assim como expressões das determinações de cada conjuntura histórica. E, no cenário contemporâneo, a dinâmica da financeirização se manifesta no Estado conformando a seletividade, a focalização e o corte dos gastos sociais, como premissas que atravessam as políticas sociais e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social; Serviço Social; Política Social; Conservadorismo.

THE STRUGGLE OF THE BRAZILIAN SOCIAL SERVICE IN FRONT OF THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE: THE ADVANCE OF CONSERVATISM AND THE CHALLENGES TO THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT

ABSTRACT: Aiming to analyze some of the mediations present in the intrinsic relationship between Social Service, Social Issues and Social Policies in the socio-historical formation of Brazil, we present in this article some of our theoretical reflections on this issue. To this end, methodologically, we used bibliographical research on critical production on the topic, present in the theoretical-methodological foundations of the profession, and as a research method, we anchored ourselves in historical-dialectic materialism. Therefore, we reiterate the understanding, hegemonic in professional critical culture, that the professional praxis of Social Work is based on the constitution of the “social issue”, which is crossed by professional struggles in confronting its expressions, working with and in policies social issues as means and/or instruments to combat them. However, Brazilian social policies present, in a dialectical movement, trends that reflect the paths of the country’s socio-historical formation, as well as expressions of the determinations of each historical situation. And, in the contemporary scenario, the dynamics of financialization manifest themselves in the State, shaping selectivity, targeting and cutting social spending, as premises that permeate social policies and the professional work of social workers.

KEYWORDS: Social Issues; Social Service; Social Policy; Conservatism.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da discussão do Serviço Social inserido no contexto brasileiro e suas intervenções sobre as expressões da questão social no decorrer da história. Desse modo, importa reconhecer que o exercício profissional é balizado pelas relações institucionais de cunho público, privado e/ou filantrópico, assim como pelas políticas sociais e movimentos sociais.

Portanto, o objetivo é retomar o marco teórico-metodológico baseado na teoria social crítica, com a finalidade de revelar as contradições e desafios impostos pelo modo de produção capitalista, bem como as potencialidades e estratégias desenvolvidas pelos/as assistentes sociais, à luz do projeto ético-político da profissão.

Logo, em respeito a uma divisão didático-pedagógica, este trabalho apresenta a gênese da profissão, percorre as perspectivas teórico-metodológicas que compreendem o movimento de renovação e reconceituação do Serviço Social, centrando fôlego na intenção de ruptura, cujo intento é firmar uma ligação entre o que ocorria intraprofissão e a conjuntura da época, entendendo que a perspectiva crítica se alastra no período de redemocratização do país e do estabelecimento dos direitos sociais via Constituição Federal Brasileira de 1988.

À vista disso, discorre-se que na década de 1980 começa-se a desenvolver um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora, o qual encontra um terreno hostil para se estabelecer na década de 1990, pois coincide com o período de

restauração do capital, acarretando na criminalização dos movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores/as em geral, além da contrarreforma do Estado, que sob a batuta do ajuste fiscal tem retirado, desde então, os parques direitos conquistados.

Assim, deslinda-se o debate do avanço do conservadorismo e da extrema-direita bolsonarista e suas implicações sobre as políticas sociais, acesso aos direitos e desafios ao Projeto Ético-Político - PEP, cujas considerações finais apontam algumas estratégias de resistência mediante um contexto de desmonte, desproteção e desmobilização sociais.

2 | A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA CONEXÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

A compreensão da gênese do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, perpassa à necessária atuação do Estado no trato da questão social no Brasil, via políticas sociais. Para tanto, faz-se significativo um retrospecto no terreno histórico, o que possibilita as lentes de análise das relações sociais que delinearão o cenário de institucionalização do Serviço Social, e do processo de concepção de políticas sociais, enquanto mecanismos contraditórios na dinâmica da ordem monopólica.

Segundo Netto (1992) a dinâmica de profissionalização do Serviço Social desencadeou no início do século XX, com a materialização do capitalismo monopolista, cenário em que o Estado, articulado com a burguesia industrial e atravessado pela Igreja Católica vê-se pressionado a construir mecanismos de atenção à questão social¹, e por consequência conter as pressões reivindicativas.

Logo,

[...] a conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais (Raichelis, 2011, p. 420).

Para tanto, torna-se necessário ponderar as políticas sociais enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, que possui delineamentos específicos nessa realidade brasileira, a qual é combinada pelo coronelismo, por populismos, por conformações políticas de apropriação do público em razão de interesses particulares das classes dominantes. E, por uma tradição histórica autoritária e excludente, é também hierarquizada e orquestrada simultaneamente pela camaradagem e pela obediência.

Nos termos de Ana Maria Estevão (2006) a questão social no Brasil nas décadas

¹ “No momento em que as contradições entre o proletariado e a burguesia se acentuam, tornou-se imperioso criar novas formas de intervenção, capazes de ganhar a aceitação da classe trabalhadora. Entre final dos anos 1930 e início de 1940, o Estado incorpora parte das reivindicações populares, amplia os direitos sociais mediante uma legislação social e sindical, instituindo o salário mínimo, a justiça do trabalho, o imposto sindical etc. É nesse momento que surgem as grandes instituições assistenciais e previdenciárias, possibilitando a ampliação do mercado de trabalho da profissão através da operacionalização das políticas sociais” (Lins; Alexandre, 2014, p. 29).

de 1920 e 1930 compreendia a importância de se considerar as demandas da classe operária. O trabalhador brasileiro e sua família eram subcidadãos, vivenciavam condições de trabalho desumanas, onde a jornada diária era calculada conforme as necessidades das empresas, trabalhavam 16 horas por dia, não tinham direito a férias nem a descanso remunerado.

Entretanto,

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela. [...] Para a igreja, a “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa. [...] o Estado (por sua vez) deve assim, preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente os que necessitam de amparo. Mas, o Estado não pode negar a independência da sociedade civil (Iamamoto, 2002, p.18).

Em um primeiro momento, antes mesmo da ação moralizadora e caritativa da Igreja Católica, o trato da questão social era via repressão policial, a questão social era tratada como caso de polícia (Estevão, 2006). Em seguida, a questão social deixa de ser concebida como caso de polícia e se torna caso de política, e passa a ser pautada no paternalismo.

Acerca das especificidades do Estado brasileiro no enfrentamento da questão social releva-se que:

O Estado, como principal promotor de políticas sociais no Brasil, não é neutro nesse cenário. Percebe-se que desde as primeiras experiências de institucionalização das políticas sociais no período republicano brasileiro, o Estado vem sendo atrelado aos interesses da classe dominante. Do mesmo modo, como forma de legitimar sua sustentação política e ao mesmo tempo conter processos sociais que ofereçam riscos ao desenvolvimento capitalista, também vem incorporando, alguns momentos de forma mais limitada e em outros de forma mais ampla, as reivindicações oriundas das lutas populares, porém, sempre dentro dos limites de uma cidadania idealizada pela burguesia (Lins; Alexandre, 2014, p.26).

Para tanto, as políticas sociais podem ser refletidas enquanto paradoxos, contradições, e não homogêneas ou unilineares. Assim sendo, são concebidas a partir de uma realidade história, sociopolítica e cultural específica, bem como consideradas formas de respostas à questão social, que possui particularidades a partir das conformações da dinâmica capital e trabalho.

No Brasil a questão social revelou-se em um país de capitalismo dependente, que, por consequência, constituiu uma classe burguesa tardiamente, profundamente marcada pela herança rural e latifundiária, resquícios do coronelismo, escravidão e colonialismo específicos desta nação, portanto, como explicita Iamamoto (2015), a questão social se apresenta com marcas do passado e do presente, própria de um país que se moderniza

mantendo suas marcas do passado.

Nos termos de Jane Prates (2016, p. 2), “o reconhecimento das expressões da questão social como objeto e matéria prima da profissão foi um avanço [...]”, uma vez que conceber a matéria prima dos processos de trabalho da categoria dos/as assistentes sociais brasileiros/as, releva impulsos teóricos, conceituais e aprimoramento dos processos interventivos e investigativos. Além dos avanços na construção aberta e coletiva do projeto profissional.

Logo, o processo de trabalho do/a assistente social se consubstancia no enfrentamento das expressões da questão social, via políticas sociais, que ao longo do percurso da história profissional o Serviço Social sempre esteve relacionado, seja na execução terminal, seja na gestão, planejamento, mas sempre avançando em termos de arcabouço interventivo, e teórico-metodológico (Nalesso, Rizzotti, 2018).

As políticas sociais possuem, assim, um caráter contraditório, que transita ora para atender necessidades e demandas das classes trabalhadoras, ora para atender as demandas do próprio capital. Paradoxo que atinge o Serviço Social, que se realiza a partir de uma prática contraditória, atravessada tanto pelos interesses das classes dominantes, quanto pelas demandas da classe trabalhadora.

2.1 O legado marxista no Serviço Social e o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional no contexto brasileiro

Sabe-se que a trajetória do Serviço Social brasileiro é marcada por diversas perspectivas, desde o ativismo moralista cristão às correntes teórico-metodológicas, as quais têm alinhamento com os distintos interesses de classes. Circunscrita na divisão socio-técnica, sexual e étnico-racial do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo, essa profissão nos revela que acompanha a dinâmica da vida social e da composição socio-histórica brasileira, o que por sua vez têm impacto direto na formação e exercício profissional.

É em meio ao movimento de renovação e reconceituação do Serviço Social, mediante a intenção de ruptura com o conservadorismo, que o Serviço Social hegemonicamente alinha sua maneira de “pensar e agir” em consonância aos interesses da classe trabalhadora. Portanto, Netto (2005, p. 250) pondera que “a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais”.

Assim, importa ressaltar que esse processo inicia-se no final da década de 1970, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – III CBAS em 1979 (conhecido também como Congresso da Virada), configurando-se como a mola propulsora para consolidar e reforçar a interrelação teoria e prática, além de ensinar a construção do

Projeto Ético-Político – PEP, o qual é a “autoimagem” da profissão (Netto, 1999). Dessa maneira, concorda-se que esse projeto profissional está atrelado a um projeto societário e se expressa como “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (Idem, p. 98).

Não por acaso, deu-se num momento significativo na história brasileira: a transição da ditadura militar-empresarial e o desenrolar da construção da democracia no país. A partir de então, conduziu-se uma verdadeira revisão das diretrizes curriculares vigentes, fortalecimento das entidades representativas, reformulação dos estatutos legais, aproximação às lutas e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, além da inserção da teoria social crítica nas produções acadêmicas, que logo se espalhou para a categoria profissional em geral (Iamamoto, 2003).

Nesse sentido, mesmo o Serviço Social convocado a intervir na reprodução social deste sistema, a partir de uma demanda do capitalismo monopolista e requisição estatal, junto às expressões da questão social², via operacionalização das políticas sociais, entende-se que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam e a ela se opõe (Iamamoto, 2007, p. 28).

De todo modo, é a partir de 1980 e consolidando-se em 1990 que a profissão modifica o seu perfil profissional e passa a incidir sobre as múltiplas manifestações da questão social numa propositura de compromisso, diálogo e viabilização de direitos dos/as trabalhadores/as numa perspectiva de defesa da liberdade, emancipação e plena expansão dos sujeitos sociais (Netto, 2009). Ante o exposto, Teixeira e Braz (2009) explicam que:

Isto se deu por duas razões principais, intimamente articuladas: primeiro, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimento), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizadas por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva

² Deve ser entendida como o “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: com a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2003, p. 27).

para o avanço do projeto ético-político (Teixeira; Braz, 2009, p. 15-16).

Logo, é com a aproximação à teoria social crítica a partir da década de 1980 que ocorre a possibilidade de apreender os fundamentos da questão social a fundo (Iamamoto, 2007). Além disso, é também nesse período que se alcança a maturidade intelectual desta profissão, entendendo o Serviço Social enquanto trabalho, o qual envolve uma dimensão prática e teórica.

Também há o seu reconhecimento como área de conhecimento, produzindo respostas à luz da direção social adotada, enfrentando coletivamente as imposições das instituições empregadoras, sejam elas o Estado, empresas privadas e/ou organizações não-governamentais, questionando as maneiras de regulação, gestão e controle da *práxis* profissional, mas também a forma com a qual o ensino superior tem sido conduzido: de modo aligeirado, superficial, tecnicado e fragilizado.

Ante o exposto, pode-se asseverar que o contexto de conquista de direitos sociais materializados na Constituição Federal Brasileira de 1988 durou pouco tempo, mediante a ofensiva do capital a partir da década de 1990 – realidade brasileira, conformada pela reestruturação produtiva, mundialização e financeirização do capital e ideário neoliberal, reverberando na fragmentação da organização e capacidade de resistência da classe trabalhadora, com impacto direto e indireto na profissão.

3 | O ESTADO BRASILEIRO E O AVANÇO DA OFENSIVA CONSERVADORA: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO SERVIÇO SOCIAL

A década de 1990, no Brasil, é palco de debates que, ancorados nos preceitos da Constituição Federal de 1988, preconizam a proposição de políticas públicas e sociais que tenham centralidade na construção de processos democráticos, valorizando as dimensões da cidadania e da justiça social. Há, inclusive, um processo de intensificação do debate em torno dos modos de formular e gerir essas políticas.

Entretanto, como a realidade não se processa linearmente, é nesse mesmo movimento que os preceitos neoliberais se colocam como “solução” ao enfrentamento da crise econômica de 1980 e, portanto, mais amplamente, da denominada crise do Estado brasileiro. Ou seja, é em um cenário sócio-político de disputa para concretização dos direitos sociais, circunscritos na denominada Constituição Cidadã, que se instala a lógica do Estado gerencial como solução para a racionalidade e enxugamento dos gastos sociais.

A dinâmica da acumulação flexível, nos moldes da *reestruturação produtiva à brasileira*, se espalha pelos formatos de gestão estatal e atinge diretamente a formulação e a execução das políticas sociais. A focalização e seletividade atravessam fortemente o orçamento público, e, com isso, a materialidade das políticas públicas e sociais. Assim,

A lógica mercadológica, pautada especialmente no atingimento de metas e produtividade, se espalha pelo gerenciamento dos serviços públicos brasileiros, especialmente a partir dos anos de 1990, somando-se aos

históricos padrões tecnoburocráticos de gestão tão característicos do Estado brasileiro. Essa lógica importada do mercado aparece como salvadora para incremento da eficácia e eficiência das políticas públicas, obscurecendo a intencionalidade de reduzir a oferta de serviços públicos na perspectiva do direito (Montefusco, 2022, p. 37).

Convive-se, então, entre os avanços que se pode obter a partir da materialização das conquistas de CF de 1988 e o retrocesso da constante intencionalidade política conservadora, travestida de modernização, mas parte estruturante da formação sócio-histórica brasileira. Uma elite nacional que pressiona pela manutenção de seus privilégios e pelo rebaixamento de direitos da classe trabalhadora. Essa contradição, inerente ao sistema capitalista, expõe determinantes do formato brasileiro de neoliberalismo.

E em tempos de estagnação econômica e reação burguesa atual (neoliberalismo), o Estado brasileiro sai à frente, marcado pelo ambiente contrarreformista de desmonte dos direitos sociais conquistados por meio da luta encabeçada pela classe trabalhadora, explícito na constituição de 1998, cuja direção era a de políticas sociais com caráter universalista e como dever do Estado. Todavia, o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado são respostas à crise estrutural do capital, enquanto parte da engrenagem do próprio sistema.

No Brasil, especificamente, a contrarreforma do Estado tem traços iniciais no período ditatorial, mas o impulso aconteceu nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC). E, nas palavras dos seus ideólogos a proposta da contrarreforma apresentava-se como “necessária”, devido à crise fiscal nos países centrais ocasionadas pela ampliação da intervenção estatal, ao incorporar sua presença no setor produtivo como regulador das relações de produção, ou seja, o centro da “reforma”, na verdade, se colocou como sendo o ajuste fiscal.

O discurso ideológico da contrarreforma apresenta-se camuflado por uma defesa da inserção do país no mundo internacionalizado, mas na prática constituiu-se como um grande processo de privatização, desconstrução de direitos sociais e sedimentação de consensos em torno das reformas necessárias ao capital em crise. Portanto, as contrarreformas do Estado são parte central da subordinação da política macroeconômica brasileira aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado.

Assim sendo, nos anos 90 do século XX, no Brasil, inicia-se a implantação deliberada e planejada do projeto neoliberal, que, a partir de um discurso de crise e da necessidade de cortar gastos realizados pelo Estado, consiste simplificada na redução de gastos públicos com as políticas sociais; na crescente valorização da “parceria” público-privado na prestação dos serviços sociais; na precarização, insegurança e vulnerabilidade do trabalho. Deste modo, os serviços públicos são cada vez mais sucateados e o atendimento à população é transferido ao setor privado, através do repasse de recursos, dos subsídios públicos e da isenção de impostos para o setor privado e/ou organizações da sociedade civil (Lima Sobrinho, 2024a, p. 5-6).

Dessa maneira, as ações do Estado mediante adoção do neoliberalismo têm consequências nefastas para o trato das políticas sociais, pois escamoteia a dimensão social dessas políticas, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva – tida meramente como responsabilidade individual, relegando essa dimensão à condição de subalternidade, de uma mediação quase obsoleta. Assim, nesses meandros da organização do Estado, no bojo do neoliberalismo, a conformação da política social sob as características da focalização, seletividade e setorialização apontam para um contexto desfavorável para a classe trabalhadora, seja na sua objetividade seja na sua condição subjetiva.

Entre os anos de 1980 a 2010, em escala mundial, a onda conservadora e reacionária toma conta praticamente de todo o mundo, diferentemente do momento vivido no Brasil, e, em particular, na profissão, pois aqui se coloca no limiar o amadurecimento acerca das dimensões da profissão, do seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, e consolidação da cultura crítica profissional.

Ainda no âmbito mais geral da nação, o Brasil caminhou a contrapelo das tendências mundiais, onde no mundo inteiro se tinha um refluxo do movimento social-democrata, no Brasil o movimento era o contrário, o projeto democrático popular por meio do Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao governo federal, que obviamente não pode ser comparado com o governo Bolsonaro, mas que em larga medida seguiu as orientações neoliberais, consagrando uma nova fase do neoliberalismo brasileiro, diferente daquela vivenciada pós-1988 à FHC.

O então **neoliberalismo de cooptação** se dará com a chegada das esquerdas aos Governos da América Latina, via processo eleitoral democrático, contudo, essas esquerdas mantêm o programa neoliberal, contudo, com algumas concessões no âmbito das políticas sociais, a exemplo da Governabilidade desencadeada nos Governos do PT no Brasil.

Essa faceta do neoliberalismo emerge como resposta à lutas de movimentos sociais em todo mundo no início dos anos 2000 contra os efeitos perversos desse modelo econômico. Essas lutas impulsionaram a chegada ao poder de antigos representantes de partidos da classe trabalhadora, como Lula no Brasil e Tony Blair na Inglaterra. Esse ascenso de governos chamados progressistas, principalmente na América Latina, no entanto, não reverteu e sequer interrompeu a ampliação do receituário neoliberal em sua essência. Esses governos, entretanto, apropriaram-se das pautas de reconhecimento que, associadas a políticas sociais focalizadas, cooptaram lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQs para a formação de um novo consenso (Behring; Cislaghi; Souza, 2020, p. 104).

Desse modo, no percurso histórico de conformação do Estado brasileiro desde os anos de 1990 até o segundo decênio do século XXI, é possível identificar diversas nuances dos ditames neoliberais. Os governos petistas deram vernizes sociais ao Estado, o que implicou em conquistas importantes para a classe trabalhadora. Não obstante, o Estado de “cunho social” e com ares progressistas não se reformulou em suas estruturas históricas,

favorecendo o reascender do conservadorismo, cuja maior expressão se dá com a eleição do governo de Bolsonaro, em 2018, cujo Governo se pautou no ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo.

Assim sendo, a crise do capital, em sua expressão mais recente, desde 2008, avança em seu caráter ultraneoliberal, predatório, de banalização da vida, contexto que vem sendo apresentado por vários autores no campo crítico como tempos de barbárie (MÉSZÁROS, 2017), ou sendo uma face mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista (ANTUNES, 2020a), ou seja, uma ofensiva muito exponencial tanto do ponto de vista da ordem capitalista, dos seus processos de acumulação, como também dos componentes morais e justificadores desse processo.

Portanto, considera-se essa a 3ª fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e "captura" da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).

E a expressão política mais concreta no Brasil acerca da crise estrutural do capital, sua saída ultraneoliberal e conservadorística, é a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, levando assim ao palácio do planalto o que há de mais atrasado na política brasileira, com um quadro em que recrudescer a "blindagem da democracia" no Brasil (Demier, 2017), a desigualdade social e a violência, alinhada ao maior ataque aos direitos sociais, desde a instalação do neoliberalismo no Brasil.

Ou seja, o processo de ultraneoliberalização no Brasil se dá sob os auspícios de um governo neofacista, que mobiliza o medo, que mobiliza os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza os piores sentidos da formação sócio-histórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada.

O enxugamento dos gastos sociais ganha fôlego e o discurso do Estado mínimo tomam proporções mais severas. Para os usuários das políticas sociais, o acesso aos direitos mínimos fica mais obstaculizado e seletivo. Já para os profissionais que trabalham cotidianamente na operacionalização dos serviços sociais, instalam-se rebatimentos significativos no âmbito da precarização do trabalho.

Sob o manto da modernização do Estado, inicia-se um processo gerencial de digitalização das políticas sociais. Em um país onde ainda se mantém altos níveis de analfabetismo, o acesso aos direitos passa a ser mediado por aplicativos e ferramentas tecnológicas. Isto implica refletir que há um deslocamento central das principais questões que afetam o campo das políticas sociais, não são as tecnologias da informação que irão provocar o acesso aos direitos, mas sim sua consolidação na forma de serviços disponíveis à população.

Este acesso, portanto, depende fundamentalmente de orçamento que priorize as políticas sociais, sem isso, não há estratégia de modernização que possa tornar central o acesso aos direitos sociais, o que nos parece ser cada vez mais distante, tendo em vista a subsunção do Fundo Público pelo capital financeiro e global. É nesse processo, para o Serviço Social,

Tem-se, portanto, mudanças substantivas com a utilização das tecnologias nas políticas sociais: a plataformização ou digitalização das políticas sociais mediada por aplicativos, tanto complexifica e, em muitos casos, dificulta o acesso da população negra, quilombolas, indígena, periféricas, com deficiência, que não dispõe destes dispositivos de acesso quanto impacta o trabalho profissional de assistentes sociais que atuam no âmbito destas políticas (Guerra, 2024, p. 22).

Estamos lidando com o reflexo do processo de “acumulação flexível”, que segundo Alves (2008, p. 237) “impõe o novo tráfego corpo-mente como meio de ‘administrar’ o estresse que atinge o trabalhador assalariado nas condições de intensificação do trabalho estranhado”, marcada, portanto, pela intensificação e controle do trabalho, pela exigência de uma profissional cada vez mais polivalente e versátil, ao passo que aumenta a desqualificação e contribui para homogeneização das categorias profissionais.

Nesse sentido, o que se tem vivido tanto nos espaços públicos e privados de trabalho profissional é um amplo processo de terceirizações e quarteirizações; disseminação das pessoas jurídicas; as mais diversas formas de contratação do trabalho temporário, em tempo parcial, por tarefa, em tempo intermitente, organização flexível, trabalho remoto, *free-lances*, tele-trabalho; o sub-emprego; os pluriempregos; baixos salários; intensificação e extensão da carga horária de trabalho; contratos pelo formato de pregão eletrônico; contratação de assistentes sociais sob a denominação de cargos genéricos.

Se esse processo subordina a prática profissional às requisições institucionais, por outro lado, a presença do atributo de profissão liberal regulamentada, faculta as profissionais o exercício de sua *autonomia relativa* (histórica e produto da correlação de forças sociais), o que permite as profissionais romperem com visões deterministas ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais, e assim formular estratégias individuais e coletivas, as quais podem escapar da reprodução acrítica das requisições do poder institucional, e caminharem na sedimentação da cultura crítica profissional.

À vista disso, além dos/as profissionais também serem assalariados/as, vivenciando a precarização, desespecialização e desregulamentação, acabam recebendo novas requisições e demandas, a partir de novos espaços sócio-ocupacionais; bem como lidam cotidianamente com as políticas sociais, as quais desde então vêm sofrendo retrocessos e rapinagens via disputa do fundo público (Salvador, 2017), elementos que tendem à “captura da subjetividade profissional das assistentes sociais brasileiras” (Lima Sobrinho, 2024b).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social como profissão liga-se diretamente ao campo das políticas sociais está diretamente implicado pela forma como estas se constituem.

As políticas sociais brasileiras apresentam, em movimento dialético, tendências que refletem os percursos da formação sócio-histórica do país, assim como expressões das determinações de cada conjuntura histórica mais especificamente. No cenário contemporâneo, a dinâmica da financeirização se manifesta no Estado conformando a seletividade, a focalização e o corte dos gastos sociais, como premissas que atravessam as políticas sociais.

Em meio a esta dinâmica, a modernização gerencial dos serviços estatais tem apresentado as TICs como “solução” para facilidade do acesso aos direitos sociais, impondo novas requisições aos profissionais de Serviço Social. O avanço inflamado do conservadorismo obscurece a ideia de que o uso das tecnologias tem direção social, logo, se não há intenção de ampliação dos direitos sociais, as ferramentas tecnológicas serão apenas mais um artefato para obstaculizar o acesso da população aos serviços.

Existem traços conservadores que acompanham o Serviço Social durante esses 86 anos de existência, o que nos leva a afirmar que a maior parte deles, em especial, as demandas que nos fazem socialmente necessários como profissionais são alteradas de acordo com o que esperam de nós, em posições bastante diferentes das classes sociais em luta (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Por essa razão, uma questão central foi colocada no momento da virada e consolidada pela categoria no atual projeto ético-político: a compreensão de que existe um conflito entre as finalidades institucionais, sobretudo no que tange à lógica das políticas sociais hoje, e as finalidades profissionais, cabendo, portanto, ao profissional realizar o movimento de transpor sua intervenção no campo da mediação sócio-profissional.

REFERÊNCIAS

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GUERRA, Y. Formação e Trabalho de Qualidade: reflexões acerca dos dilemas e perspectivas da atuação profissional. In **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: incidências coletivas para reafirmar a luta**. CFESS, Brasília (DF), 2024.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 15. ed. São Paulo, Cortez: CELATS, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **Crise do capital, conservadorismo e “captura” da subjetividade profissional:** Implicações na cultura crítica do serviço social. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>>. Acesso em 01 de out. de 2024.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony. A captura do Estado brasileiro pelo ultraneoliberalismo de Temer Bolsonaro (2016-2022): Uma saída para a recente expressão da crise estrutural do capital. In.: **Revista Izquierdas.** N 53, 2024a, p. 1-16. Disponível <<https://www.izquierdas.cl/images/pdf/2024/53/art15.pdf>>.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony. Ultraconservadorismo e a “captura” da subjetividade profissional das assistentes sociais no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 1, 2024b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ljssoc/a/DvfmX9yZ3fZ9BjKnfyp5V7f/?lang=pt#>>.

LINS, M. ALEXANDRE, D. O Serviço Social na sociedade capitalista e a sua participação nos processos de enfrentamento da questão social. In.: **Ciências humanas e sociais**, Maceió v. 2. n. 2. Nov 2014.

MONTEFUSCO, C. Gestão Social: tensionamentos e particularidades brasileiras. In. ANDRADE, R. F. C de.; NOGUEIRA, M. G.; PINHEIRO, H. A.; MELO, L. F. de. (orgs.). **Direitos, Trabalho e Gestão Social: elos indissociáveis para a proteção social brasileira**, Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Nº 84 – Ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, nº. 100. São Paulo: Cortez, 2009.

NALESSO, A. P. RIZZOTTI, M. Serviço Social e Política Social no Brasil: uma relação necessária. In.: **Textos e Contextos.** PUC/RS, Porto Alegre, v. 17. n. 2. 2018.

PRATES, Jane. 80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão. In.: **Textos e Contextos.** PUC/RS, Porto Alegre, n 116. 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Serviço social & Sociedade.** São Paulo, v. 3, p. 426-446, 2017.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, CEAD/UNB, 2009.